



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dúlio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 27.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1995

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse e Geraldo Cartário (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Como Líder do PP-Partido Progressista, tenho o prazer de indicar à esta Presidência os nomes do nosso Partido para formarem nas Comissões Especiais, aprovadas nesta Casa, conforme se segue:

1) Deputado Albanor José Gomes, para integrar a CPI sobre irregularidades na SANEPAR; e,

2) Deputado Antonio Annibelli, para a

CPI sobre os "Bingões".

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) SÉRGIO SPADA

Líder do PP

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve vem através do presente, indicar, os membros do PMDB para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que fará investigações junto ao Porto de Paranaguá.

- Ricardo Chab

- Durval Amaral

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na condição de Líder do Partido dos Trabalhadores - PT, indicamos o Deputado Emerson Nerone para integrar a Comissão de Inquérito constituída para apurar o caso dos Bingos.

Sendo o que temos para a oportunidade e na certeza de contarmos com a compreensão de V. Exa., resta-nos renovar-lhe nossos sinceros cumprimentos.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) ÂNGELO VANHONI

Líder do PT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem através do presente, indicar, os membros do PMDB para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que fará investigações junto a SANEPAR.

- José Maria

- Luiz Claudio Romanelli

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem através do presente, indicar, os membros do PMDB para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos no Estado do Paraná.

- Caíto Quintana

- José Tavares

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 897

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 025/95, que proíbe a comercialização de brinquedos de arma de fogo que disparem projéteis através de pressão e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 898

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia de 24.04.1995, a discussão única da Proposição nº 122/94 - Veto aposto ao Projeto de Lei nº 208/94 de minha autoria, que trata da doação de imóvel onde funciona o Fórum de Cambé para o Município de mesmo nome.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário votação em bloco para as proposições constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 895

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de votos de pesar à família de Rubens Ávila, que faleceu no dia 23 deste.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Rubens Ávila, na chefia do jornalismo da Televisão Coroados e ultimamente na Coordenação Estadual de Jornalismo da Rede Paranaense de Televisão, sempre marcou seu trabalho pela seriedade e competência.

Ávila, foi redator da Folha de Londrina, em Maringá, onde também ajudou a criar o Diário do Norte.

Trabalhou por 17 anos como chefe de redação da TV Cultura, sendo responsável por uma geração de jornalistas de televisão.

Rubens Ávila deixa uma história marcante no jornalismo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento dos Senhores Pedro Granze Kopchinski, Alfredo Oro, Dirceu Luiz Teribile, José Alberto Colli e Jeferson de Campos Dutra, ocorrido em acidente aéreo, no dia 20 de abril de 1995, nas proximidades de Cáceres, Estado do Mato Grosso, sendo que todas as pessoas falecidas eram residentes em Toledo e Cascavel, cuja aeronave era de propriedade da Agrícola Sperafico Ltda..

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Um trágico acidente aéreo enche de luto e lágrimas, famílias e toda comunidade de Toledo e Cascavel, quando na queda da aeronave de propriedade da Agrícola Sperafico Ltda., com sede em Toledo, perderam a vida:

Pedro Granze Kopchinski, 47 anos, Comandante da aeronave e funcionário da Agrícola Sperafico Ltda., em Toledo;

Alfredo Oro, 34 anos, funcionário da agência do Banco do Brasil de Toledo;

Dirceu Luiz Teribile, 41 anos, funcionário da agência do Banco do Brasil de Toledo;

José Alberto Coelli, 28 anos, engenheiro agrônomo, funcionário da Agrícola Sperafico de Toledo;

Jeferson de Campos Dutra, 26 anos, advogado do Banco do Brasil de Cascavel e professor da UNIOESTE.

A Assembléia Legislativa se associa à dor das famílias enlutadas e das comunidades de Toledo e Cascavel, transmitindo suas condolências para as esposas, filhos, pais, parentes, amigos, Banco do Brasil S/A, agências Toledo e Cascavel e Agrícola Sperafico Ltda..

Endereços para correspondências:

- Agrícola Sperafico Ltda., Rodovia PR-317, Km 1 - Toledo - PR, na pessoa do seu Diretor Levino Sperafico;

- Banco do Brasil S/A - Agência de Toledo, Rua Sete de Setembro, 1209 - Toledo - PR;

- Banco do Brasil S/A - Agência de Cascavel, Av. Brasil, 5746, Cascavel - PR.

REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam consignados votos de congratulações à Colônia Marcelino, que mereceu destaque na edição nº 2.400 do jornal Tribuna de São José. O enfoque especial dado aos integrantes da Colônia Ucrâniana de São José, vem fazer uma justa homenagem a este povo que construiu no Paraná uma vida nova, sem relegar sua própria história. A iniciativa

do jornal Tribuna de São José merece nosso aplauso, ao implantar projeto que prevê destacar as mais de vinte etnias existentes em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao casal Luiz da Paz e Josefina Andreta da Paz, que completaram 50 anos de feliz união conjugal no dia 14.04 do corrente, comemorando as Bodas de Ouro e renovando assim seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram 50 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Luiz e Josefina Andreta da Paz, na comemoração dos 50 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais desta Casa de Leis, o melhor aplauso, congratulações e escolhido voto de louvor ao profissional de Comunicação Mário Celso, que estreou nesta última segunda-feira, programa na Rede de Televisão SBT. Trata-se de um consagrado homem público, detentor de mandato como Vereador em nossa Capital, com muito destaque, já tendo sido Presidente da Câmara Municipal e também de histórica e marcante passagem nos meios de comunicação do Paraná, tanto em Rádio como Televisão. Seu novo programa abre um espaço à comunidade, enriquece as coisas de nossa cultura regional e valoriza sobremaneira o Paraná! Desejamos sucesso e nos tornamos instrumento de todo o povo paranaense nesta justa homenagem!

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Dra. Maria Izabel da Fonseca Martins, médica pediatra do Hospital Infantil Pequeno Príncipe e do SUS do Portão, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, com um atendimento exemplar, pautado de muita dedicação, carinho e atenção que tem dispensado a seus pacientes. Entendemos meritório este registro e nos somamos a todos os pacientes dessa médica, que por meio deste voto de louvor, vêm demonstrar todo o respeito e consideração que, ela merece, como pessoa humana e como profissional!

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 883

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Sessão, voto de congratulações, louvor e muito aplauso ao competente radialista esportivo Fernando César Silva, que há mais de 10 anos comanda equipe de profissionais atuando no rádio esportivo. Trata-se de um notável locutor esportivo, vibrante, criativo, que sempre marcou sua atuação pela defesa intransigente das cores do nosso Estado, de nossos Clubes, de nossos atletas. Atualmente, chefia a equipe de esportes da Rádio Independência, líder em audiência. Esta Casa, com este registro, contempla um dos mais sérios profissionais do rádio esportivo brasileiro e traduz todo o carinho e reconhecimento dos milhares de seus ouvintes!

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 884

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. Ricardo Mendes, médico pediatra do Hospital e Maternidade Santa Izabel, localizado na Cidade Industrial, nesta Capital, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, com um atendimento exemplar, pautado de muita dedicação, carinho e atenção que tem dispensado a seus pacientes. Entendemos meritório este registro e nos somamos a todos os pacientes desse médico, que por meio deste voto de louvor, vêm demonstrar todo o respeito e conside-

ração que ele merece, como pessoa humana e como profissional.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de aplausos ao Município de Palmas, pela realização da tradicional Feira da Maçã.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Palmas se destaca pela exuberância e requinte na qualidade da maçã. Um produto que desperta muito interesse a nível internacional.

Aos poucos o produtor palmense foi se aprimorando, adaptando conceitos, até se transformar num "expert" em produzir maçã de excelente qualidade, forma e sabor. Antes tinham dificuldades de colocar o produto no próprio mercado interno, hoje, a maçã de Palmas é largamente consumida nos maiores centros do mundo. E a Feira da Maçã, nos mostra a força, arrojo e determinação de um povo que sabe o que quer.

Por isso, nada mais justo do que registrar nos Anais desta Assembléia Legislativa, a realização de um evento tão importante, não só para Palmas, mas sobretudo para o Paraná.

REQUERIMENTO N° 909

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Presidente da FUNDEPAR, Segismundo Morgenstern, solicitando ao mesmo que, em caráter de urgência, libere materiais de laboratório, conforme o Ofício n° 26/95 remetido à FUNDEPAR através do Núcleo Regional de Educação de Maringá, para o Colégio Estadual Unidade Pólo - Ensino de 1° grau regular e 2° grau regular e supletivo, localizado no Jardim Alvorada, no Município de Maringá.

A referida instituição de ensino está implantando um curso técnico em açúcar e álcool, visando a formação de mão-de-obra especializada para a prestação de serviços a usinas de álcool e açúcar.

O envio dos materiais de laboratório solicitados é imprescindível para a formação dos tecnólogos em álcool e açúcar, razão pela qual se espera a agilização desse processo.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Abel Baietel, Mui Digno Diretor Geral do DETO - Departamento de Transporte Oficial, solicitando a doação de um veículo usado para a Associação dos Moradores da Vila Operária - Novo Caminho, em Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Salvador Caetano Silva, Prefeito Municipal de Iporã (R. Pedro Álvares Cabral, 2677); a Vereadora Maria Aparecida Zago Udenal (Câmara Municipal de Iporã, Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP 87560-000; ao Deputado Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se na necessidade da referida Associação contar com um veículo para proporcionar atendimento de emergência em casos de doença, conduzindo os doentes a ambulatórios e hospitais para tratamento de saúde em centros maiores.

A Associação desenvolve um brilhante trabalho de assistência aos moradores da localidade, sendo a grande maioria trabalhadores rurais, empregadas domésticas e operários de baixa renda.

REQUERIMENTO N° 878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Secretaria do Desenvolvimento Urbano solicitando à COMEC - Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba a implantação de pelo menos dois horários de ônibus nos municípios da Região Metropolitana, com espaço para cadeiras de rodas. A medida irá beneficiar o transporte de deficientes físicos nas cidades da Região Metropolitana, e que já são atendidos no sistema de transporte de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente, parabenizando a população de Coronel Vivida, pela realização da II Festa do Milho.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Coronel Vivida, município encravado na porta de entrada do Sudoeste do Paraná, se destaca pela mão corajosa e o esforço do seu povo. É hoje indiscutivelmente um dos municípios mais importantes do Sudoeste do Paraná.

Entre outras atividades e culturas produzidas em larga escala em Coronel Vivida, reservou-se ao produtor de milho um destaque em especial. Foi uma festa bonita, que mostrou a força e a determinação da população daquele jovem município. Por isso é preciso registrar nos anais da Assembleia Legislativa do Paraná, a realização da 2ª Festa do Milho, um evento que veio para ficar, sobretudo para distinguir uma população idealista e que tem no trabalho a marca do seu modo de sobreviver. Parabéns Coronel Vivida.

REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de resolver o problema de falta de professor de Educação Artística para a 7ª Série, do Colégio Estadual Pinheiro do Paraná, localizada no bairro de Santa Felicidade. A Professora que lecionava essa matéria pediu exoneração do seu cargo no início do ano letivo, porém até a presente data não foi contratado outro professor e os alunos estão sem aula.

Pede-se providências urgentes uma vez que os alunos estão sendo prejudicados.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 886

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na Praça Rui Barbosa, próximo à Panificadora Pão Real, tendo em vista que ao lado existe um estacionamento particular e crianças e adolescentes ficam neste local, fazendo uso de drogas, agredem os pedestres e principalmente os moradores do prédio nº 486 da praça.

A situação é de muita apreensão, motivo que levou os moradores do prédio a solicitar a presença de policiais afim de coibir essas agressões.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de trocar a lâmpada em frente ao nº 287 da Rua Justo Betinardi - Jardim Ana Terra - Colombo, tendo em vista que a mesma foi quebrada por vândalos e conseqüentemente o local fica às escuras à noite.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de analisar o pedido feito pelos moradores do bairro do Pilarzinho, os quais solicitam que seja implantado o 2º Grau no Colégio Estadual Emiliano Perneta, tendo em vista que só funciona o 1º Grau e no período da tarde várias salas ficam fechadas.

Com o atendimento desse pedido, toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao eminente Secretário de Estado dos Transportes, solicitando agilização na pavimentação da estrada que liga Quedas do Iguaçu, passando por Três Barras do Paraná a Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

As obras da futura Hidrelétrica de Salto de Caxias, estão a passos rápidos. E conforme estudos da própria COPEL, com a pavimentação do trecho em questão, diminuirá consideravelmente a distância entre o canteiro de obras de Curitiba, fato que reduzirá o custo total da Usina, justificando assim a urgente pavimentação de Quedas do Iguaçu-Três Barras do Paraná-Boa Vista da Aparecida.

É importante lembrar, que já foi feita a licitação, faltando apenas a emissão da ordem de serviços.

Por outro lado é bom salientar que é indispensável investimentos por parte do Governo Estadual, numa região que sofrerá

fortemente, com a inundação da grande quantidade de terras férteis. Não podemos ficar só com o concreto armado e os graves problemas ocasionados com a construção de Usinas é imperioso a concessão de benefícios, visando pelo menos, minimizar os transtornos.

E a pavimentação da estrada Quedas do Iguaçu-Boa Vista da Aparecida, na verdade é um antigo sonho de toda a população, não só dos municípios a serem beneficiados, mas das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Senhor Governador do Estado, substanciado em apelo para que através da Secretaria dos Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem, sejam implantadas lombadas no leito da rodovia PR-473, na altura do Km 81, que abrange o perímetro urbano da cidade de Cruzeiro do Iguaçu, bem como o rebaixamento da chamada "Serra do Páu", no leito da rodovia pavimentada com pedras irregulares, que interliga os municípios de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Objetivando coibir o abuso de velocidade praticado pelos veículos que trafegam na PR 473, na altura do Km 81, esta reivindicação é necessária, bem como o rebaixamento da chamada "Serra do Pau" virá diminuir consideravelmente o número de acidentes nesta rodovia.

REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná, diante dos novos fatos trazidos ao conhecimento do povo do Estado do Paraná, através da imprensa e da Liderança do Governo, com respeito aos recursos que suportaram as despesas de execução do Canal Extravasar não são de origem do PROSAN Banco Mundial. Diante disso, vimos pedir as seguintes informações.

1) Qual a fonte de recursos para a construção do Canal Extravasar?

2) Se já houve por parte do Executivo a intermediação dos recursos destinados a construção do Canal Extravasar no Tesouro do Estado?

3) Qual o valor dos recursos transferidos ao Governo do Estado para suportar a obra?

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 905

SÚMULA: Requer Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER as seguintes informações:

1) Qual o acordo estabelecido com a população atingida pelo Canal Extravasar?

2) De que forma se procederá a indenização das pessoas desalojadas?

3) Para onde vão as famílias?

4) Quando vão?

5) Caso sejam recolocadas em imóveis térreos ou prédios financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, qual será o Órgão responsável?

6) A preocupação com a questão social é flagrante uma vez que se trata de pessoas trabalhadoras e moram na região há anos.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 911

SÚMULA: Requer informações e empenho para continuidade das margeantes da BR-277 no Município de Medianeira à Secretaria dos Transportes.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao DD. Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Schwartz, a fim de informar.

- Os motivos da paralisação da pavimentação das margeantes da BR-277 no Município de Medianeira;

- Da possibilidade de retomada da obra e,

manifestar pleito da região Oeste e especialmente da comunidade medianeirense dada a importância econômica e social da obra.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tais informações foram solicitadas pela comunidade e pela classe política regional, dada a importância da obra.

Medianeira há muito não tem recebido a devida atenção do Estado do Paraná, isso é preocupante diante da importância econômica do Município.

Por outro lado, existe uma campanha pela duplicação da BR-277, com o objetivo de mobilizar a sociedade do Oeste paranaense e sensibilizar as autoridades para a importância da duplicação da estrada. Esta obra margeante, compensa, provisoriamente, a angústia da vagarosidade do trâm-

sito e o perigo do acesso à cidade.

Sabemos que obra parada é a que custa mais caro. Custa mais, quando vemos pedras detonadas aos montes, quando vemos a terra revolta nas marginais, o que não permite a passagem do trânsito lateral trazendo mais problemas àqueles que por ali trafegam. Todos compreendem quando a obra está em andamento, mas quando está parada a revolta toma conta daqueles que por ali trafegam.

Esperamos a compreensão da Secretaria e o empenho para que tenhamos a continuidade das obras margeantes.

REQUERIMENTO Nº 912

SÚMULA: Requer informações sobre estrada Bituruna-Porto Vitória à Secretaria dos Transportes.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao DD. Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Schwartz, a fim de informar:

- Os motivos da paralisação da pavimentação da estrada Bituruna-Porto Vitória;
- Da possibilidade de retomada da obra.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tais informações foram solicitadas pela comunidade interessada, para agir no sentido de continuar demonstrando a importância da obra.

REQUERIMENTO Nº 896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo do artigo sob o título "Desabafo aos Irresponsáveis do Trânsito", publicado pelo Jornal o Estado do Paraná, em sua edição de 19 de abril passado, de autoria do Tenente-Coronel Luiz Eduardo Kossatz Hunzicker.

Da decisão plenária requeiro se dê ciência ao Tenente-Coronel Luiz Eduardo Kossatz Hunzicker, DD. Comandante do BPTAN, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) JOEL COIMBRA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito na área que especifica, no

Município de Umuarama, para que a população decida sobre a criação do Município de Serra dos Dourados, desmembrado do Município de Umuarama, com as seguintes divisas:

Com o Município de Icaraima: inicia no encontro da estrada Coronel com o Ribeirão do Veado, desce por este até a foz do Córrego Carioca, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue na direção geral Nordeste pela divisa do lote 08 da Gleba 03 com os lotes 7 e 26 da Gleba 03 e 72 da Gleba 05 da Colônia Serra dos Dourados até encontrar a divisa entre as Glebas 11 e 09 da Colônia Serra dos Dourados, segue por esta na direção geral Leste até a cabeceira do Córrego Queixada, desce por este até sua foz no Córrego Tiradentes.

Com o Município de Ivaté: inicia na foz do Córrego Queixada no Córrego Tiradentes, sobe por este até encontrar a estrada Aparecida, segue por esta na direção geral Leste até encontrar a estrada Umuarama/Ivaté, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar o Córrego Recreio, desce por este até sua foz no Córrego 215, desce por este até a foz do Córrego Água Rosa, sobe por este até encontrar a estrada Carbonera Douradina - estrada Piava.

Com o Município de Douradina: inicia no encontro do Córrego Água Rosa com a estrada Carbonera Douradina - estrada Piava, segue por esta direção geral Sudeste até e entroncamento com a estrada que é perímetro da Fazenda Alvorada no Patrimônio São João da Boa Vista.

Com o Município de Maria Helena: inicia no Patrimônio São João da Boa Vista no entroncamento da estrada que é perímetro da Fazenda Alvorada com a estrada Carbonera Douradina - estrada Piava, segue por esta direção geral Sudeste pela Vila Carbonera e pela Vila Alto Alegre até encontrar a rodovia em leito natural BR 487, na localidade de Três Placas.

Com o Município de Umuarama: inicia na localidade de Três Placas no encontro da estrada Piava com a rodovia em leito natural BR 487, segue por esta na direção geral Noroeste até a divisa das Glebas 02 e 01 com a Gleba 16 da Colônia Serra dos Dourados segue por esta divisa até encontrar o Ribeirão do Veado, desce por este até a foz do Córrego Primavera, sobe por este até encontrar a estrada João Baraniuk, segue por esta na direção geral Noroeste até defrontar a cabeceira do Ribeirão Baitira, deste ponto por uma linha reta e seca na direção geral Sul alcança a cabeceira do Ribeirão Baitira.

Com o Município de Xambê: inicia na cabeceira do Ribeirão Baitira, de onde por uma linha reta e seca na direção geral Sudoeste alcança a cabeceira do Ribeirão Paracá, desce por este até a foz do Córrego

da Arara.

Com o Município de Vila Alta: inicia no Rio Paracai na foz do Córrego Arara, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Nordeste até encontrar a estrada Coronel, segue por esta até encontrar o Ribeirão do Veado.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(aa) NELSON GARCIA

ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 119/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a entidade assistencial denominada Asilo São Vicente de Paulo, localizado à Rua São Vicente, nº 84, no Município de Mandaguá-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Asilo São Vicente de Paulo, localizado no Município de Mandaguá, com capacidade para 35 idosos, vem prestando um importante atendimento aos velhinhos carentes daquela cidade.

Além da sede do Asilo, há a Vila Vicentina, com 15 moradias ocupadas por 15 famílias carentes e casais idosos, totalizando 48 pessoas.

Os carentes da Instituição recebem diariamente alimentação, vestuário, medicamentos, instrução religiosa e quando necessário, internamento emergencial.

Ainda, a Instituição mantém um Albergue noturno que abriga os carentes abandonados à própria sorte, fornecendo alimentação, pouso e se necessário roupas e remédios.

A Entidade em questão realiza ainda, visitas domiciliares à famílias carentes, hospitais e presídios levando instrução religiosa.

Ainda são atendidas famílias carentes com distribuição de alimentos e agasalhos, angariados, com a realização de campanhas junto à comunidade, além de promoções e doações espontâneas, recebidas pelo Asilo.

PROJETO DE LEI Nº 120/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Criança Feliz, com sede e foro no Município de Pitaguias, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Conforme preceitos estatutários, a Associação Beneficente Criança Feliz, contempla e prioriza o atendimento junto às crianças de famílias de baixa renda, possibilitando as mães a trabalharem na melhoria do orçamento familiar.

Promovendo a integração, recreação, educação e oferecendo afeto e carinho, contribui para o desenvolvimento total de sua dignidade como pessoa humana.

É merecedora de reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade e, para ser mais eficiente ainda na sua consecução de suas finalidades, solicitamos a aprovação dos nobres Deputados ao presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 121/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Passa a denominar-se "Ambulatório Doutor Heber Soares Vargas", o ambulatório do Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Pela presente Proposição pretende-se homenagear um homem que dedicou a maior parte de sua vida à Medicina, mais precisamente, ao estudo, à compensação e recuperação das vítimas do alcoolismo e das demais drogas que criam dependência.

O Dr. Herber Soares Vargas, nasceu no Estado de Minas Gerais, em 09 de maio de 1928; casou com a Sra. Cecília Odebrecht e é pai de Sandra e Heber Odebrecht Vargas.

Espero contar com o apoio dos demais Senhores Parlamentares para a concretização deste preito de gratidão, pois o "Curriculum Vitae", anexo, demonstra a dedicação do Dr. Heber à causa que abraçou.

PROJETO DE LEI Nº 122/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam autorizados os municí-

plos do Estado do Paraná, a pagarem pensões aos cônjuges de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, falecidos no exercício do mandato.

§ 1º - Equiparam-se à condição de cônjuge, os casos previstos em lei.

§ 2º - Em caso de não existência do cônjuge ou alguém a ele equiparado, caberá o pagamento da pensão, aos filhos menores de 21 anos.

Art. 2º - O valor das pensões será o correspondente a 100% dos vencimentos dos cargos ocupados pelos falecidos.

Art. 3º - As pensões serão pagas até o término do mandato das pessoas indicadas no artigo 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição reveste-se de caráter imprescindível, tendo em vista o alto valor social da mesma, eis que envolve milhares de cidadãos, que investidos de mandato popular, relevam seus negócios particulares no afã de honrar seus compromissos políticos e ainda mais, de serem dignos da confiança neles depositada.

As famílias dos prefeitos e vereadores de nosso Estado, em caso de falecimento dos mesmos, não têm qualquer proteção previdenciária, decorrente da função ocupada pelo Parlamentar que, em última análise, é um trabalhador como outro qualquer, apenas revestido de um mandato popular.

A Constituição Federal, Lei Magna da Nação, em seu artigo 6º preconiza de forma nítida e cristalina:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(O grifo é do autor).

Assim é que, tendo em vista a norma constitucional expressa, apresenta-se o presente projeto de lei, que busca preencher a lacuna legal, ao mesmo tempo que permite a proteção de milhares de famílias hoje inteiramente desguarnecidas.

E por tratar-se de matéria de relevante valor social, é que contamos com o apoio de nossos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, com a consequente aprovação do projeto de lei ora em tela.

PROJETO DE LEI Nº 124/95
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar e assegurar a manutenção de lares para crianças, adultos e idosos portadores de deficiência em estado de abandono.

Parágrafo Único - Este programa será desenvolvido pela Secretaria Estadual da Criança e da Família com o apoio da Secretaria Estadual da Saúde.

Art. 2º - A criação dos lares será elaborada através de estudos da equipe técnica da Secretaria da Criança e da Família, que poderá se operacionalizar em imóveis do Estado alugado, construído ou em parceria com Instituições afins e Prefeituras Municipais.

Art. 3º - A ocupação destes lares ficará a critério das partes envolvidas, Secretaria, Instituições e Prefeituras.

§ 1º - O suporte de atendimento, ou seja, o casal ou a mãe social responsável pelos moradores deverá receber treinamento específico.

§ 2º - A clientela a ser atendida não deverá passar de 6 (seis) portadores de deficiência por lar.

Art. 4º - A manutenção para os portadores de deficiência em estado de abandono ficará a cargo do Estado através do Órgão competente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa garantir ao Governo do Estado, através da Secretaria da Criança e da Família o atendimento fora de abrigos e asilos, os portadores de deficiência em estado de abandono.

Com a criação de casas lares, entendemos que será definitivamente humanizada a vida do portador de deficiência; este projeto já foi elaborado e executado de APAE de Curitiba com o apoio do CORDE, FCBIA e FASPAR.

Uma das maiores preocupações do novo Governo é o resgate da cidadania e este projeto de lei vem de encontro aos anseios de todas as pessoas que trabalham em Instituições com nossos deficientes.

Este projeto, tenho certeza, garantirá empenho dos Órgãos envolvidos do Estado no atendimento da pessoa portadora de deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 125/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - "Cria o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência: Cidade para todos", através da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano, com participação da iniciativa privada que receberá incentivos fiscais para tanto.

§ 1º - Serão convocados e envolvidos neste programa as Associações de e para a pessoa portadora de deficiência ou seus representantes legais.

§ 2º - As empresas da iniciativa privada que participarem com auxílios financeiros terão incentivos fiscais na sua arrecadação estadual, ficando o índice a cargo da Secretaria do Planejamento.

§ 3º - A prioridade na remoção e adaptação das barreiras arquitetônicas serão: Hospitais, Secretarias Estaduais e Municipais, Centros de Saúde, Escolas, Universidades, Casas de Espetáculos, Restaurantes, Centros Comerciais, Supermercados, Hotéis, Ruas e Logradouros Públicos.

Art. 2º - O programa remoção de barreiras arquitetônicas "Cidade para todos" deverá ser desenvolvido em articulação com os Governos Municipais através de seus Órgãos de Planejamento Urbano, transporte, habitação e outros afins, visando o combate a uma série de barreiras arquitetônicas e ambientais por meio de:

I - Adaptação de transportes coletivos.

II - Aplicação de normas contra a construção de barreiras arquitetônicas.

III - Identificação de nome de logradouros públicos em placas rebaixadas em Braille, bem como nos elevadores e cardápios, etc.

IV - Implantação de sinal sonoro nos semáforos para uso dos portadores de deficiência visual.

V - Telefones públicos de altura adequada ao uso dos portadores de deficiência física em cadeira de rodas.

VI - Adaptação do uso de serviços essenciais de telefones pelas pessoas com deficiência auditiva.

VII - Demarcar áreas de estacionamento para veículos dirigidos por portadores de deficiência.

VIII - Criar condições de acesso independente aos portadores de deficiências da locomoção, através da construção de rampas em edifícios públicos e particulares, em centros de lazer e nas vias públicas.

IX - Garantir na rede hoteleira fiscalizada a liberação de alvarás somente a hotéis que possuam pelo menos um cômodo com banheiro adaptado.

Art. 3º - Este projeto conta com o apoio da Coordenadoria Nacional para a in-

tegração da Pessoa Portadora de Deficiência CORDE que após consultado poderá contribuir com recursos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.95.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Nem sempre a arquitetura das cidades favorece a livre locomoção para todos os seus habitantes, particularmente os portadores de deficiência, ao contrário são mais frequentes as barreiras arquitetônicas, empeditivas do acesso às vias públicas, aos edifícios (privados e públicos), aos centros de lazer e aos serviços essenciais, à guisa de exemplos.

O planejamento urbano não tem levado em conta as dificuldades de inúmeros cidadãos que tem deficiências motoras ou múltiplas, impedidos da livre mobilidade estruturando comportamentos dependentes, não só na locomoção, como no aspecto emocional, com sérios prejuízos à vida de relação e a construção da cidadania.

Qualquer levantamento arquitetônico por mais desprezioso que seja vai evidenciar que, para os portadores de deficiência são inúmeros os impedimentos que enfrentam afetando principalmente a conquista da emancipação; será justo que vivam na dependência de que alguém os auxilie?

Na verdade, como cidadão tem o direito e o dever de participar ativa e produtivamente de forma independente.

Para tanto algumas adaptações são necessárias como: rampas, para subidas e descidas em vez de degraus, barras de sustentação, espaços públicos reservados, dentre outras providências cabíveis e urgentes.

Os beneficiários de uma cidade acessível na verdade serão todos: portadores de deficiência, idosos, gestantes, bebês, a população em geral pela oportunidade de convívio solidário e não solitário.

Frente ao exposto entendemos o presente projeto de vital importância para o resgate da cidadania da pessoa portadora de deficiência, esta nada mais é do que a regulamentação do artigo 24, inciso XIV da Constituição Federal e artigo 222 da Constituição Estadual. "Art. 222 - A Lei disporá sobre a construção de logradouros e de edifícios públicos, adaptação de veículos de transporte coletivo e sonorização de sinais luminosos de trânsito, adequando-se à utilização por pessoas portadoras de deficiência."

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao Pequeno expediente é

com satisfação que anunciamos em nosso meio a presença do ex-Deputado Valderi Vilela, acompanhado do nosso Secretário de Esporte e Turismo, irmão do Deputado Ricardo Barros, ex-Prefeito de Maringá, e atual Deputado Federal, o Secretário Silvío Barros.

Passo a palavra no Pequeno Expediente ao primeiro orador inscrito, Deputado Nelson Garcia. (DECLINA).

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto. (DECLINA).

Com a palavra o Senhor Deputado Valdir Rossoni. (DECLINA).

Encerrado o horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PPR com a palavra. DECLINA.

PP com a palavra. DECLINA.

PMDB. DECLINA.

PT. Deputado Florisvaldo Fier com a palavra por dez minutos.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, a imprensa divulgou recentemente os índices inflacionários do nosso País; e mais especificamente a imprensa paranaense tornou público os dados estatísticos levantados pelo DIESE, Departamento Inter-Sindical de Estudos Sócio-Econômicos, pelo escritório regional aqui do nosso Estado.

De acordo com as pesquisas de preço feitas pelo DIESE mostrou que a variação mensal da ração alimentar essencial mínima de Curitiba em março de 95 teve um índice de aumento de 6,15% em relação ao mês anterior. O custo da ração alimentar essencial mínima para uma família constituída de um casal e duas crianças foi de 249,57 reais; sendo necessário, com os valores do salário mínimo de março 3,56 salários mínimos somente para satisfazer as necessidades alimentares do trabalhador, da sua família naquele mês. Já veja a situação quando pelo menos metade da população paranaense, ou no caso aqui específico dessa pesquisa feita em Curitiba, metade da população da nossa cidade percebe até dois salários, ou três salários mínimos no máximo, já ultrapassando mais da metade da população. E só para comprar a ração mínima precisa de 3,56 salários.

Foram necessários, com o acordo do DIESE, duzentos e sessenta e uma hora e vinte e sete minutos de trabalho para que um trabalhador comprasse a sua alimentação, quando nós sabemos que a carga horária estabelecida por lei é de 220 horas, ou seja, o trabalhador tem que trabalhar a sua carga horária máxima conforme estabelecida por lei, e ainda desenvolver horas extras para poder ter no final do mês, única e exclusivamente a sua ração alimen-

tar.

De acordo com o DIESE o salário mínimo necessário em março de 95 deveria ser de 739,24 reais. Esse é o valor que determina a lei que estabeleceu o salário mínimo, o Decreto Lei nº 399 e mais o artigo 7º da nossa constituição que define os valores de salário mínimo para o nosso País.

Quando pegamos estes estudos científicos, com dados inquestionáveis, aí podemos observar a situação de miséria em que vive a população brasileira. Podemos observar o quanto é deficiente o salário do trabalhador, e no caso que podemos citar que ultimamente vem sofrendo violento achatamento salarial é a classe de servidores públicos, tanto federais como estaduais e municipais, e no nosso caso, nesta Assembléia, que acompanhamos mais de perto, o salário dos servidores, se observarmos a maioria dos servidores recebe um salário aquém do necessário para comprar a ração mínima de alimentos. Esta é uma situação que não pode persistir! É necessário que o Governo Federal, quando se discute a questão de reajuste de salário mínimo, pare com a teimosia de achar que 100 reais é muito. Que 100 reais vão levar a Previdência à falência, ou que quebrará alguns municípios, ou alguma empresa ao pagar um salário miserável destes, quando o próprio DIESE estabelece um salário de 739 reais e 24 centavos.

É necessário que a política econômica governamental deixe de ser uma política de favorecimento das grandes empresas, dos oligopólios e dos monopólios e passe a ser uma política de distribuição de renda, seja de maneira direta, com ação via salarial, ou de maneira indireta, através de ações na área social como Saúde, Educação e Previdência e Assistência Social.

É necessário que o Governo rompa os acordos que tem assinado, hoje, com o Fundo Monetário Internacional, no qual estabelece a prioridade de pagamento da dívida externa e de juros e serviço da dívida. É necessário que se discuta fundo esta ruptura, para que possamos fazer, no nosso País, uma distribuição das riquezas que aqui temos, para combater a miséria, porque a miséria não é só do desempregado, mas daqueles que também recebem baixos salários e podem ver isso nos estudos do DIESE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Sérgio Spada, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados do Partido, para formarem nas Comissões Especiais. A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos no Estado do Paraná. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que fará investigações junto a SANEPAR. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para compor a C.P.I. que fará investigações junto ao Porto de Paranaguá. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para integrar a Comissão de Inquérito para apurar o caso dos Bingos. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria dos Senhores Deputados Nelson Garcia e Anibal Khury, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de (02) dois, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do Expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de (02) dois, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do Expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em Bloco para as Proposições constantes na Ordem do Dia da presente Sessão. Retirado pelo Autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da Discussão Única da Proposição nº 122/94. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 208/94. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há requerimento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti solicitando a inversão da Ordem do Dia. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que inseri o item 2, no Inciso 4º, Grupo D, do Artigo 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, conforme específica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. Em Regime de Urgência.

Em votação a Emenda. Rejeitada.

Dispensada a apresentação de emendas o Projeto vai para autógrafo.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente eu gostaria de anexar ao projeto de lei, muito embora seja um projeto no seu mérito nós entendemos a importância dele, no entanto nós temos muitas dúvidas com relação à constitucionalidade do projeto, e o projeto já foi votado em 3ª Discussão, não há mais condições de retirá-lo da Ordem do Dia.

Gostaria, Sr. Presidente, para que amanhã quando esse projeto porventura vier a esta casa, senão sancionado pelo Governador mas vetado pela sua constitucionalidade, gostaria que ficasse registrada a posição dessa Liderança, da nossa Bancada, volto a repetir não entrando no mérito do projeto do Deputado Romanelli, mas com a preocupação da constitucionalidade do projeto de lei.

Por esta razão gostaria de anexar ao projeto uma questão de ordem para que ficasse devidamente registrado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Quero apenas relatar aos demais companheiros Deputados e Deputada que esse projeto passou pela Comissão de Justiça, e, na análise da sua constitucionalidade, teve parecer favorável.

Só para ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento do Deputado Algaci Túlio será anexado ao projeto.

O Projeto, como já anunciei, irá para

autógrafo.

ITEM 05

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 039/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Autoriza a realização de plebiscito na área descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Coronel Domingos Soares. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Appreciar neste turno emenda aprovada em 2.^a DISCUSSÃO.

O Aprovado o projeto, fica rejeitado o substitutivo. **Aprovado o projeto.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 021/95, que revoga a Lei nº 11.058, de 25 de janeiro de 1995. **Aprovada.**

PROJETO DE LEI Nº 021/95

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 11.058, de 25 de janeiro de 1995, restaurando, concomitantemente, a Lei nº 9.661, de 15 de julho de 1991.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.04.95

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente e Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 011/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao empresário Dilmir Daleffe. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A.nº 006/95, de 25.02.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 011/95

P A R E C E R:

O Projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Tureck, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao empresário Dilmir Daleffe.

A Lei nº 5638 de 13 de setembro de 1967, assim se manifesta:

Art. 1º - São condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania honorária paranaense:

I - desempenho com denodo de função pública;

II - contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ação em favor de obras de relevante valor social; e,

IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições

brasileiras.

Analizando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis, preenche ele os requisitos exigidos.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/95, de autoria do Deputado Dúlio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica Maranata de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, com sede e foro na Cidade de Assis Chateaubriand. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 099/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Evangélica Maranata de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural", com sede e foro na Cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) DÚLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 28 de junho de 1993, com Estatutos devidamente registrados sob nº 12524 em 14.07.93 no Registro de Títulos de Assis Chateaubriand, é uma entidade com objetivos direcionados para a Assistência Social, educação religiosa secular, com programas especiais de atendimento à criança e ao adolescente, assistência ao idoso, recuperação e reintegração de viciados em drogas e alcoolismo.

Trata-se enfim, de uma entidade que vem prestando relevantes serviços à comunidade, colaborando inclusive com outras congêneres e órgãos públicos governamentais, sempre visando a pessoa humana e sua melhor condição de vida em comunidade.

É merecedora de reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade, e para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 099/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 99/95 de

autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica Maranata de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

A proposição se encontra conforme com o determinado pela Lei nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que instituiu a declaração de Utilidade Pública as sociedades civis, associações e as fundações constituídas no Estado do Paraná.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/95, veto apostado ao Projeto de Lei nº 442/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que dispõe sobre licitação de obras Públicas da Administração Estadual, conforme específica. RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APROVADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/DTL/SAT Nº 053/95

Curitiba, 17 de fevereiro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 407/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, Inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 442/94, por julgá-lo inconstitucional, em razão do motivo adiante exposto.

Dispõe o autógrafo que, nas licitações de obras públicas da Administração Estadual, a garantia será feita, obrigatoriamente, através de caução com letras hipotecárias do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

A negativa de sanção ao Plano de lei em causa decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, por ferir o disposto no Art. 22, Inciso XXVII, da Magna Carta Federal, que estabelece como de competência privativa da União legislar sobre "normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle". Logo, a especificação de garantias para que os concorrentes possam participar de licitações é de competência federal, não cabendo à legislação Estadual dispor sobre tal matéria na forma pretendida.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 442/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Nas licitações de obras Públicas da Administração Estadual, a garantia será feita, obrigatoriamente, através de caução com letras hipotecárias do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.01.95.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Dentre os princípios básicos da licitação na Administração Pública, destaca-se a finalidade de ordem jurídica, que é a observância dos princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade, outra, de ordem econômica, ou seja a oferta mais vantajosa.

Na sequência dos atos licitatórios, encontra-se a contratação, quando se estabelece as modalidades de garantia.

Na medida proposta, a garantia deverá ser obrigatoriamente, feita através de caução com letras hipotecárias do BANESTADO S/A.

Neste sentido contamos com a aprovação dos Senhores Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

I - RELATÓRIO

Trata-se do veto apostado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 442/94, da autoria do ilustre Deputado José Afonso Júnior, que dispõe sobre licitação de obras públicas da Administração, conforme específica.

Reza o Artigo 1º do Projeto que: "Nas licitações de obras Públicas da Administração Estadual, a garantia será feita, obrigatoriamente, através de caução com letras hipotecárias do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO".

Sob o fundamento de que o projeto fere o Artigo 22, inciso XXVII, da Constituição Federal, sua Excelência o Governador do Estado vetou-o, por considerar que o dispositivo transcrito invade a esfera de competência privativa da União, a quem cabe legislar sobre "normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta

e indireta incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nas diversas esferas de governo e empresas sob seu controle".

Nas suas razões de convicção, o Exmo. Sr. Governador do Estado observa que, no caso concreto do Projeto, a especificação de garantias para que os concorrentes possam participar de licitações é de competência federal, não cabendo à legislação estadual dispor sobre tal matéria na forma pretendida.

II - VOTO DO RELATOR

Está correto o entendimento do Chefe do Poder Executivo Estadual: O Projeto de Lei nº 442/94 é flagrantemente inconstitucional.

Ao traçar as linhas da Organização do Estado (Título III) a Constituição Federal de 1988 efetivamente estabeleceu ser competência privativa da União legislar sobre "normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nas diversas esferas de Governo, e empresas sob seu controle" (Artigo 22, inciso XXVII).

Em outras palavras, e repetindo conceitos do Professor José Afonso da Silva, na esfera delimitativa de poder outorgada aos Estados, mediante a especificação das matérias sobre a qual estes exercem o poder de governo, não se inclui, ao contrário do que pretende o Projeto de Lei nº 442/94, o de legislar sobre licitações e contratos administrativos ("Curso de Direito Constitucional Positivo", 8ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 1992, pág. 423).

Dispondo sobre a matéria, a União, dentro de sua esfera de competência, fez editar a Lei nº 8.666, de 22 de junho de 1993 (posteriormente alterada pela Lei nº 8.883, de 08.06.1994), que, a propósito da exigência de prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, diz caber "ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: I - caução em dinheiro ou títulos de dívida pública; II - seguro-garantia; III - fiança bancária" (artigo 56 §).

É por isso que o Projeto de Lei nº 442/94, é formal e materialmente inconstitucional.

Formalmente, porque invadiu a competência legislativa privativa da União. Materialmente, porque ofendeu lei federal, ao chocar-se com a norma expressa do § 1º do artigo 56, da Lei nº 8.666/93, - ao afastar a opção da prestação de garantia, pelo próprio contrato (caução em dinheiro ou título de dívida pública; seguro-garantia; ou fiança bancária), que passaria a ser

feita "obrigatoriamente, através de caução com letras hipotecárias do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO".

É ainda de notar-se que a norma federal violada reproduz, quanto à prestação de garantia, diretriz tradicional de nosso Direito Administrativo, não havendo por que alterá-la - e, que pesem os elevados propósitos do ilustre autor do Projeto vetado, Deputado José Afonso Júnior, de prestigiar ao nosso BANESTADO, tão digno de apoio.

Por todas estas razões, opinamos no sentido da manutenção do veto.

Sala das Comissões, em 18.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BETO RICHIA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá chamada nominal dos Senhores Deputados para apreciação do veto.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Apenas, com certa tristeza, gostaríamos de registrar nesse momento, um assunto ao qual já nos referimos na semana passada na tribuna, que, diante da insegurança em que vive a região Oeste do Paraná, mais precisamente o Município de Mal. Cândido Rondon e seus arredores. Fui informado nesse momento que na cidade de Mal. Cândido Rondon, na casa do empresário - Roni Martin, existe uma quadrilha de marginais que tem sob mira, a sua esposa, sua filha e mais a esposa de um funcionário do proprietário da empresa Reuter Turismo.

É lamentável que isso continue existindo, onde a marginalidade, infelizmente tem tomado conta da tranqüilidade e do sossego da nossa família. Já nos referimos, semana passada e nesse momento, devo, com muita tristeza, registrar mais esse acontecimento que a família do empresário Roni Martin, na cidade de Mal. Cândido Rondon, está sob mira dos revólveres dos marginais, sob a ameaça de morte se não forem liberados imediatamente a quantia de cem mil dólares. Ninguém sabe ainda quantos marginais se encontram no interior dessa residência.

Entramos em contato com a Secretaria de Segurança Pública. O Secretário não estava, e sim o chefe de gabinete. Pedimos as providências cabíveis e fomos informados que a Operação Tigre já foi deslocada para a cidade de Mal. Cândido Rondon e todo esquema de segurança está sendo oferecido.

É lamentável que isso ainda se registre e que está tirando a tranqüilidade da família paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal para apreciação do veto-Proposição

002/95.

Os Senhores Deputados que aprovam o veto votarão com a cédula "SIM" e os que rejeitam o veto votarão com a cédula "NÃO".

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Votaram trinta e oito (38) Srs. Deputados. Designo uma comissão constituída pelos Deputados Valdir Rossoni, Irondi Pugliesi e Doutor Rosinha, para constituírem a comissão escrutinadora.

Votaram 38 Srs. Deputados, 26 Sim, e 12 Não. Mantido o Veto.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 122/94, veto aposto ao Projeto de Lei nº 208/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar o Imóvel onde funciona o Fórum da Comarca de Cambé para o município de Cambé. RELATÓRIO da C.C.J., considerando o veto em condições de ser APROVADO pelo plenário.

De conformidade com o requerimento nº 898 de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, fica retirado da Ordem do Dia.

Ofício/DTL/SAT nº 029/95.

Curitiba, 17 de janeiro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 229/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 208/94, por julgá-lo contrário aos superiores interesses públicos em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cambé o imóvel que especifica, localizado à Av. Inglaterra, esquina com a Av. Canadá, naquela localidade, para a instalação de sua Câmara Municipal.

Ainda em que pese a intenção do autor, Nobre Deputado José Durval Matos do Amaral, o plano de lei em causa não pôde merecer acolhimento, em face de informação prestada pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, de que a Secretaria de Estado da Educação necessita do referido imóvel, para a instalação do Núcleo Avançado de Estudos Supletivos - NAES/Cambé, o qual se encontra funcionando em prédio alugado.

Nestas condições, a pretendida doação viria contra os interesses do Estado, pois este continuaria arcando com o ônus de uma locação desnecessária, o que, de modo algum seria justificável, tendo em vista que dispõe de imóvel próprio e adequado às instalações do referido Núcleo de Estudos.

Essas as razões que me levaram a vetar

o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado.

(O Proj. de Lei nº 208/94 encontra-se Publ. no D.A. nº 73/94, de 08.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 208/94

PARECER:

Propôs autorizar o Poder Executivo a doação do imóvel onde funcionava o FORUM da Comarca de Cambé.

Após análise legal e regimental foi constatado que o Veto está em condições para ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 875, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 877 e 878, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 879, 881 a 888 e 897, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 889 a 891, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 896, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria encontra-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 876, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 905, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se

a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 909, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 911 e 912, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno. Com a discussão adiada, requer a realização de debate promovido pela Assembleia do Paraná.

O projeto foi à Comissão de Finanças. Suspendo a votação.

Requerimento de nº 870 de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Com a exclusão do item 3º que me parece não oportuno se não haverá risco de as categorias atingidas pelo redutor virem a pleitear de conformidade com disposto no Artigo 27, submeto a votos os itens 01, 02 e 04. **Aprovado.**

Requerimento nº 895, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 901, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 910, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, 25 de abril, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 011 e 099/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOEL COIMBRA, EM SESSÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 1995.

"DESABAFO AOS IRRESPONSÁVEIS DO TRÂNSITO"

"Luiz Eduardo Kossatz Hunzicker"
Jornal O Estado do Paraná.

Este desabafo é para você, meu caro imprudente, meu caro irresponsável, meu caro jovem que tem no máximo 25 ou 26 anos de idade, que possui o nível escolar 2º ou 3º graus, que para tirar a CNH, fez exame de habilitação, estudou aprendeu sobre legislação mas não pratica; que recebeu um dos 200.000 folhetos de orientação e alerta distribuídos pelo BPTran/DeTRAN, mas que não assimilou e não se sensibilizou com as informações neles contidas; que tem conhecimento das tragédias que acontecem, mas não as toma como exemplo e lição, imaginando talvez que com você jamais acontecerá fato semelhante.

Está chegando, mais um fim de semana ou feriado, período em que as ruas da nossa cidade se esvaziam, a circulação de veículos diminui, o tráfego fica livre, já que menos veículos estão circulando, aproveite; aproveite e:

- beba bastante, beba cachaça, cerveja, uísque, vodka, ou melhor, misture tudo, faça isto e em seguida vá dirigir seu carro, saia pelas ruas desertas, sinta-se o dono absoluto e invulnerável delas;

- corra bastante, onde 50 ou 60 Km/h representa segurança, despreze e dirija a 120, 130 ou 140 Km/h, sinta-se emocionado e assim você pode não vencer uma curva e desgovernado, chocar-se com uma árvore ou um poste ou até, atropelar pessoas inocentes na calçada;

- fure os semáforos, mas fure-os com vontade, sem reduzir a marcha, fure sem medo, tal qual uma roleta russa que sabe você vai colidir transversalmente com um outro veículo, que prudente e pacientemente está passando no sinal verde;

- faça racha, convide mais 3 ou 4 jovens colegas e desafie um outro carro com mais 3 ou 4 jovens, dispute arrancada, cante pneus, dê cavalo de pau, quem sabe consiga um sensacional capotamento ou uma violenta batida;

- não use o cinto de segurança, assim ao invés de orgulhosamente poder exibir apenas um vergão no peito, você consiga uma fratura de crânio ou tórax, provocada pelo impacto com o painel ou volante do carro;

- empine a moto, faça malabarismo, mas sem capacete, assim você poderá testar a dureza de sua cabeça contra o almofadado e macio asfalto.

Meu caro jovem irresponsável do trânsito, faça tudo isto, aproveite o fim de semana, assim provavelmente poderemos ouvir a sirene do Siate deslocando-se velozmente para tentar socorrê-lo ou tirá-lo das ferragens, assim provavelmente tomarei conhecimento do seu acidente ou "suicidente" e se ferido, ocupará um leito hospitalar ou se morto, veremos estampado no jornal a notícia do seu funeral e em poucos

dias o convite para a sua missa de 7º dia.

Meu caro jovem, com o final trágico da sua irresponsabilidade no trânsito, certamente você vai proporcionar, no mínimo dois grandes encontros de seus familiares, o primeiro para o seu funeral e o segundo para a sua missa de 7º dia e em ambos todos comentarão:

"Não entendemos o que aconteceu"

"Ele era tão bom, tão responsável"

Por tudo o que foi exposto peço atenção que esta mensagem é destinada aos jovens irresponsáveis do trânsito, com 2º e 3º graus de escolaridade, gozando de plena saúde, vitalidade e qualidade de vida, que poderão, em poucos segundos, transformar a emoção em dor e sofrimento familiar; por isso mesmo que, a irresponsabilidade no trânsito também é uma questão de responsabilidade de família, a célula básica da sociedade.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 206/95
conceder, a Ademir Alves Duarte, matrícula nº 40141, funcionário desta Assembleia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível "61", licença especial de seis (06) meses a que tem direito, nos termos do Art. 247, da Lei nº 6.174/70 em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 21 de junho de 1982 e 21 de junho de 1992.

(Prot. nº 12.849/94)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.03.95.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 239/95
conceder aposentadoria, a pedido a Luiz Broto Neto, matrícula nº 397, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NI-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual combinado com o Art. 140, inciso I e III, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos da gratificação inerente à Simbologia 4-F: cinco(05) triênios de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 002/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o Art. 170 e seu parágrafo Único da Lei nº 6.174/70, calculados conforme a Resolução nº 7.894/91; do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais de acordo com o Art. 171 e seu parágrafo 1º da Lei nº 6.174/70 e art. 37, inciso XIV da

Constituição Federal; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85; e gratificação de risco de vida ou saúde, no valor de 1/3 de seu vencimento básico, conforme o disposto no Art. 4º caput, do Decreto nº 14.177/64.

(Prot. nº 960/95)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 240/95
exonerar, a pedido, Amarildo Rodrigues Oliveira, matrícula nº 209, ocupante do cargo de Taquígrafo Revisor "A", referência II, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, nos termos do Art. 124, inciso I, da Lei nº 6.174/70, a partir de 01 de abril de 1995.

(Prot. nº 2836/95)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA
retificar o Ato da Comissão Executiva nº nº 241/95, de 1º de novembro de 1994, para conceder aposentadoria a pedido, a Rafael de Lala Sobrinho, matrícula nº 602, ocupante do cargo de Procurador NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, Art. 140, incisos I e III, da Lei nº 6.174/70 e Art. 11, da Resolução nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) do DAS-3; verba de representação conforme disposto no Art. 3º da Lei nº 8.198, de 17 de dezembro de 1985; e, de acordo com o inciso VIII, do Art. 37, da Lei Complementar nº 40 de 14 de dezembro de 1981; trinta por cento (30%) referente a seis (06) adicionais, observando-se neste, o que dispõe o inciso XIV do Art. 37, da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme informação de fls. 48, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Diretoria de Pessoal da Casa, sujeitos aos limites estabelecidos em lei.

(Prot. nº 3597/94)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.04.95.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se ordinariamente na sala de reuniões

das Comissões, a Comissão de Finanças presidida pelo Senhor Presidente Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Albanor Gomes, Orlando Pessuti, Milton Puppio e Florisvaldo Fier, mais a presença do Senhor Deputado Algaci Túlio. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 069/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL. Deputado Florisvaldo Fier pede a palavra para fazer algumas considerações, a saber: com relação a este Projeto de Lei, constatamos que compete a esta Comissão manifestar-se sobre, entre outras coisas, aumentar ou diminuir a despesa pública, conforme o art. 33, § 3º do Regimento Interno. Considerando ainda, o não cumprimento do art. 234, da Constituição Estadual, e ainda gostaríamos de ter informações do Tribunal de Justiça, com relação ao reajuste diferenciado dos seus servidores e Magistrados com percentuais de 10% e 14,09% respectivamente. O Senhor Presidente entende as colocações feitas pelo Deputado Florisvaldo Fier, mas comunica que, não obstante estas informações, temos que votar agora tal Projeto, pois o mesmo encontra-se na pauta da Sessão Plenária de hoje. O Deputado Orlando Pessuti concorda com o que foi dito pelo Deputado Florisvaldo Fier. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente coloca o Parecer do Relator em votação, o qual é aprovado, com ressalvas dos Deputados Orlando Pessuti e Florisvaldo Fier. 02) Projeto de Lei nº 070/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL. O Deputado Florisvaldo Fier pede que se registre, os mesmos comentários feitos em relação ao Projeto anterior. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente coloca o Parecer do Relator em votação, o qual foi aprovado, com ressalvas dos Deputados Orlando Pessuti e Florisvaldo Fier. 03) Projeto de Lei nº 060/95, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Orlando Pessuti. Apresenta seu Parecer na forma de Substitutivo Geral, elevando o índice de reajuste dos servidores do Tribunal de Contas para 14,09%, ficando igual aos Conselheiros do Tribunal de Contas. O Deputado Nelson Justus, fazendo uso da palavra salienta que os índices de reajustes apresentados realmente são muito baixos. Mas, contudo, nós não podemos concordar com este Substitutivo Geral, pois os demais servidores dos outros Poderes não vão receber os mesmos reajustes, e isto não seria justo. Teceu, ainda, alguns comentários com relação ao Tribunal de Contas. Ao final declara seu voto contrário. O Deputado Albanor Gomes, manifesta-se da mesma forma que o Deputado

Nelson Justus. A seguir o Senhor Presidente coloca o Substitutivo Geral em votação. Constatou-se os votos contrários ao Substitutivo Geral dos Deputados Nelson Justus, Albanor Gomes e Milton Puppio. Está derrubado o Parecer. A seguir o Senhor Presidente regimentalmente, designa novo Relator o Deputado Milton Puppio, que lê seu Parecer FAVORÁVEL ao índice de 10%. Coloca em votação, o mesmo foi Aprovado, com ressalvas dos Deputados Orlando Pessuti e Florisvaldo Fier. Na sequência o Senhor Presidente informa aos Deputados que acaba de receber mais três Projetos de reajustes que foram apreciados e aprovados a alguns instantes na Comissão de Constituição e Justiça e temos que apreciá-los nesta reunião, pois os mesmos constam da Ordem do Dia da Sessão Plenária de hoje. 04) Projeto de Lei nº 067/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 068/95, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 071/95, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 615/95. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O Senhor Presidente informa não existir mais Projetos a serem votados, agradece a presença de todos e fala da necessidade de escolhermos um dia da semana para realizar nossas reuniões, sugerindo, inclusive, quarta-feira às 14:00 horas. Todos os Deputados concordam. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado DURVAL AMARAL

Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se extraordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças presidida pelo Senhor Presidente Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Cleiton Kielse e Albanor Gomes. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 100/95, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente en-

cerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim

Wilson Penka, Secretário da Comissão.
(aa) Deputado DURVAL AMARAL
Presidente
Wilson Penka
Secretário